

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX - DISTRITO FEDERAL.**

**Fulano de tal**, menor absolutamente incapaz, representada pela sua genitora, **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade nº: XXXXXXXXXXXX, SESP/DF e CPF nº XXXXXXXX, domiciliada e residente na XXXXXXXXXXXX - DF, telefones: (XX) XXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXXXX, nos termos da legislação vigente propor a presente

**INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C NEGATÓRIA**

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado e residente na XXXXXXXXXXXX-MA, CEP XXXXXXXXXXXX, e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, demais dados ignorados, domiciliado no XXXXXXXXXXXX-MA, CEP: XXXXXXXX, pelos fatos e argumentos a seguir aduzidos:

**DOS FATOS**

A mãe da autora, Fulano de tal, e o segundo Requerido Sr. Fulano de tal, conviveram juntos e mantiveram relação, durante o período de XXXX a XXXX. Dessa união, adveio o nascimento da primeira filha, Fulano de tal, que foi registrada pelo casal, atualmente com XX anos de idade.

Em meados do ano de XXXX, a genitora da requerente ficou grávida da autora, antes do rompimento com Sr. Fulano de tal, atualmente com XX anos. Gestação esta que motivou a separação do casal bem como outros motivos externos, relacionados ao comportamento do segundo requerido, pois era muito agressivo e nervoso.

O segundo requerido Sr. Fulano de tal não assumiu sua filha, atual requerente, nem se quer auxiliou na gestação da mãe, tão mesmo em sua alimentação.

Após a separação do casal a genitora iniciou outro relacionamento com o Sr. Fulano de tal primeiro requerido, que perduraram XX anos de XXX a XXX, na constância do relacionamento veio o nascimento da requerente em XXX, e o primeiro requerido assumiu a autora como sua filha, registrando-a com conforme certidão de nascimento em anexo.

Com a dissolução do seu relacionamento com o segundo requerido, a representante legal da autora viu a necessidade da devida alteração do registro de nascimento da menor. Portanto, inexistente razão da menor continuar registrada no nome de quem não é seu verdadeiro genitor, eis que seu pai biológico é o segundo requerido.

Ressalte-se que as pessoas sempre comentam que a requerente é muito parecida fisicamente com o primeiro requerido, fator que corroborou para que a verdade viesse à tona.

Assim, necessário se faz a presente ação de investigação de paternidade e anulação de registro civil, para que seja retificado o assento de nascimento da requerente, tendo em vista que o direito do Requerente em conhecer seu verdadeiro pai é um direito inerente à dignidade da pessoa humana.

## **DO NOME**

A requerente tem o direito de conhecer o seu verdadeiro pai, bem como a inclusão do nome do pai e dos avós paternos em seu registro, deverá ser chamada de **Fulano de tal.**

## DO DIREITO

O direito de ver reconhecida a filiação biológica é albergado sem restrições pelo ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de direito indisponível.

A Constituição Federal dispõe no art. 227, § 6º:

**Art. 227 (...)**

**§ 6º** - *“Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”*

O art. 1.606 do Código Civil trata da imprescritibilidade da ação de reconhecimento de filiação:

**Art. 1.606.** *“A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.*

**Parágrafo único.** *Se iniciada a ação pelo filho, os herdeiros poderão continuá-la, salvo se julgado extinto o processo.”*

Ainda, a Lei nº 8.560/1992 assim dispõe em seu artigo 2º-A e seu parágrafo único:

*“Art. 2º-A - Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.*

*Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório”.*

## DOS PEDIDOS

### **Pelo exposto, requer:**

01 – a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

02 - A citação dos Réus, para comparecerem a audiência de conciliação/mediação, **considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC)**, e

restando frustrada essa, que apresentem resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

03 - a intervenção do Ministério Público;

04 - seja realizado ao longo da instrução o exame sanguíneo de impressões digitais do DNA, desde que as custas sejam pagas pelo réu ou pelo Estado, por estar o autor sob os benefícios da justiça gratuita;

05 - a procedência do pedido para **DECLARAR** a inexistência de relação de filiação entre a autora e **Fulano de tal** e, em consequência, DECLARAR que a autora é filha de **Fulano de tal**, determinando a retirada do nome do Sr. **Fulano de tal** e respectivos avós paternos no assento de nascimento da menor, expedindo-se mandado de averbação ao cartório no qual o menor foi registrado após o trânsito em julgado, para a devida averbação;

06 - que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pelo exame pericial de DNA, às expensas do réu ou do Estado, e oitiva de testemunha e informante, cujo rol segue ao final anexo, requerendo a intimação das mesmas, na forma da lei.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX-DF,      XX/XX/XXXX07/11/23 15:25:20

**FULANO DE TAL**

*Representante Lega do Requerente*

**FULANO DE TAL**

**DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)**

**ROL DE TESTEMUNHAS**

- FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade N.º XXXXXXXXX, domiciliada e residente na XXXXXXXXXXXX - MA.
- FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade N.º XXXXXXXXX, domiciliada e residente na XXXXXXXXXXXX-MA.
- FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade N.º XXXXXXXXXXXX, domiciliado e residente na XXXXXXXXXXXX-MA.